ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 147/2011

Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 562/2006 para estabelecer regras comuns sobre a reintrodução temporária do controlo nas fronteiras internas em circunstâncias excepcionais [COM(2011)560].

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição e da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, dirigir aos Presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão Europeia o seguinte parecer fundamentado sobre o respeito do princípio da subsidiariedade pela proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 562/2006 para estabelecer regras comuns sobre a reintrodução temporária do controlo nas fronteiras internas em circunstâncias excepcionais [COM(2011)560]:

1 — A iniciativa viola o princípio da subsidiariedade, na medida em que o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia reservou estas matérias para a esfera de soberania nacional dos Estados membros e que o objectivo a alcançar será mais eficazmente atingido através de cada um dos Estados membros de *per si* do que por uma acção comunitária.

2 — A matéria em causa cabe no âmbito da competência legislativa reservada da Assembleia da República.

Aprovada em 4 de Novembro de 2011.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 226/2011

Por ordem superior se torna público que, por notificação de 8 de Setembro de 2011, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos comunicou que, na sequência da dissolução administrativa das Antilhas Holandesas, ocorrida em 10 de Outubro de 2010, o Acordo Relativo à Criação da Conferência Europeia de Biologia Molecular, adoptado em Genebra em 13 de Fevereiro de 1969, aplica-se ao Reino dos Países Baixos da seguinte forma: à parte europeia dos Países Baixos desde 2 de Abril de 1970; à parte caribenha dos Países Baixos (Bonaire, Santo Eustáquio e Saba) desde 10 de Outubro de 2010; a Aruba desde 1 de Janeiro de 1986; a Curaçao e São Martinho desde 10 de Outubro de 2010. O Acordo aplicava-se também às ex-Antilhas Holandesas desde 2 de Abril de 1970.

Portugal é Parte do mesmo Acordo, aprovado, para adesão, pelo Decreto n.º 43/93, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 275, de 24 de Novembro de 1993.

Direcção-Geral dos Assuntos Técnicos e Económicos, 28 de Outubro de 2011. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, *António Vasco Alves Machado*.

Aviso n.º 227/2011

Por ordem superior se torna público que, em 26 de Setembro de 2011, a República do Chile depositou, junto do

Director-Geral da Agência Internacional de Energia Atómica, o seu instrumento de adesão à Convenção Conjunta sobre a Segurança da Gestão do Combustível Usado e a Segurança da Gestão dos Resíduos Radioactivos, adoptada em Viena em 5 de Setembro de 1997.

Portugal é Parte da mesma Convenção, aprovada, para adesão, pelo Decreto n.º 12/2009, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 77, de 21 de Abril de 2009, tendo depositado o seu instrumento de adesão em 15 de Maio de 2009, conforme o Aviso n.º 94/2009, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 200, de 15 de Outubro de 2009.

Direcção-Geral dos Assuntos Técnicos e Económicos, 28 de Outubro de 2011. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, *António Vasco Alves Machado*.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Declaração de Rectificação n.º 33/2011

Por ter sido publicada com inexactidão, no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 206, de 26 de Outubro de 2011, a Declaração n.º 11/2011, rectifica-se que onde se lê «Gil Gonçalves Gomes Galvão» deve ler-se «Gil Manuel Gonçalves Gomes Galvão».

9 de Novembro de 2011. — O Presidente, *Rui Manuel Gens de Moura Ramos*.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Assembleia Legislativa

Decreto Legislativo Regional n.º 27/2011/A

Reestrutura o sector empresarial regional na área da gestão do ambiente

A Região Autónoma dos Açores integra no seu património duas empresas com atribuições na área genérica da gestão do ambiente: (1) a SPRAçores — Sociedade de Promoção e Gestão Ambiental, S. A., essencialmente vocacionada para o estudo, elaboração, implementação e gestão dos planos de ordenamento das bacias hidrográficas e planos especiais de ordenamento do território em todo o arquipélago dos Açores, bem como a gestão das áreas de intervenção dos mesmos; e (2) a Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S. A. — AZORINA, S. A., que tem por objecto principal a promoção de acções de gestão ambiental e de conservação da natureza e dos recursos naturais, incluindo actividades no domínio da promoção da participação pública em matéria ambiental e da informação, divulgação e educação ambiental.

A necessidade de reduzir despesas administrativas e de gestão empresarial aconselha a que se proceda à reestruturação destas empresas, integrando a SPRAçores S. A., na AZORINA, S. A., já que o objecto e âmbito de actividade desta última permite a realização dessa operação sem redução da capacidade de intervenção do sector empresarial regional em qualquer sector da gestão do ambiente e sem